

Realinhamentos
Políticos e
Econômicos
Globais
Implicações
para o Brasil

Transição de poder e disputas hegemônicas entre EUA e China: implicações para o desenho de organizações multilaterais

Maria Regina Soares de Lima
Carlos R. S. Milani

COLEÇÃO
DE PAPERS

1/4

Ficha Técnica

Autores

Maria Regina Soares de Lima
Carlos R. S. Milani

Edição executiva

Anna Jaguaribe
Marianna Albuquerque

Coordenação editorial

Julia Dias Leite
Luciana Gama Muniz

Apoio editorial

Thaís Jesinski Batista
Larissa Vejarano

Design gráfico

Presto Design

Realização:



As opiniões externadas nessa publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Realinhamentos Políticos
e Econômicos Globais

Implicações
para o Brasil

Transição de poder e disputas hegemônicas entre EUA e China: implicações para o desenho de organizações multilaterais

Maria Regina Soares de Lima

Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

Coordenadora do OPSA (IESP-UERJ) e Pesquisadora Senior do CNPq

Carlos R. S. Milani

Senior Fellow do CEBRI

Professor Associado e Vice-Diretor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

Pesquisador 1-B do CNPq, da FAPERJ e do Programa Pró-Ciência da UERJ

Coordenador do LABMUNDO e do OIMC (IESP-UERJ)

Este *policy paper* reflete discussões do Projeto CEBRI-KAS sobre as direções futuras do multilateralismo.

CEBRI
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG**

Introdução

Com foco no multilateralismo político e nas agendas de segurança e desenvolvimento, este *policy paper* analisa duas dimensões da crise contemporânea do multilateralismo: (1) o desafio da diversidade a partir das demandas da China e de potências emergentes por um multilateralismo que não reflita apenas interesses e concepções do Ocidente; (2) a dificuldade de se construírem instituições multilaterais em meio a uma disputa hegemônica entre Estados Unidos e China. O argumento principal é de que as saídas para a crise contemporânea do multilateralismo passam necessariamente pelo enfrentamento político (e, portanto, pacífico) dessa disputa. O *policy paper* está organizado em três seções: a primeira analisa a evolução da política externa dos EUA desde o final da Guerra Fria até a atual administração; a segunda trata da experiência chinesa no âmbito do multilateralismo universal e na construção de novas instituições no continente asiático; a terceira tece algumas considerações finais, visando a entender que possibilidades se abrem ao Brasil nessa conjuntura crítica de interesses divergentes e de poucos consensos construídos.

Em 2020, ao longo do projeto “Política Externa Brasileira e Ordem Global em Transição: Reorientações do Multilateralismo”, coordenado por Anna Jaguaribe e implementado no âmbito da parceria entre o CEBRI e a Fundação Konrad Adenauer, as principais conclusões dos debates e publicações apontavam para quatro aspectos da crise contemporânea do multilateralismo¹. Em primeiro lugar, a ideia de que o desenho institucional das organizações multilaterais importa a fim de torná-las mais eficazes e representativas: os casos da Organização Mundial da Saúde (OMS) na gestão da crise da pandemia de Covid-19 e do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) na gestão de crises humanitária e conflitos civis ou étnicos são ilustrações emblemáticas dessa relação. Em segundo, o fato de haver uma dimensão endógena da crise do multilateralismo que não pode ser ignorada e que diz respeito à reemergência de políticas nacionalistas, autoritárias e antidemocráticas, inclusive no Ocidente liberal.²

Em terceiro lugar, uma dimensão exógena a essa crise, relacionada com o desafio da diversidade de valores, de visões de mundo e, conseqüentemente, de processos decisórios que envolvem distintas potências mundiais. São conhecidas as demandas da China e de potências emergentes por um multilateralismo que não seja apenas espelho dos interesses e das concepções do Ocidente³. Desse importante elemento constitutivo da crise do multilateralismo resultam questões frequentemente tratadas como saídas laterais para não se enfrentar o desafio verdadeiramente posto: a saída pelo regionalismo seria uma opção? As propostas de algumas potências ocidentais de tornar o multilateralismo mais exclusivo, menos universal, mais homogêneo (baseado em alianças de *like-minded countries*), ainda que com o risco de torná-lo oligárquico (como no caso do G-7+), seriam uma resposta real a esta crise?⁴ Como reagem os países do Sul (por exemplo, os países do grupo BRICS) a tais propostas,

1. O projeto analisou como a deterioração do cenário multilateral e as mudanças nas condições da globalização estão alterando o ambiente regulatório e político para a inserção brasileira na economia global. Cf. <http://www.cebri.org/br/doc/118/politica-internacional-reorientacoes-do-multilateralismo>.

2. Cf. Wendy Brown, *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo, Politeia, 2019.

3. A recente aliança Rússia-China, anunciada em Beijing em fevereiro de 2022, também aponta nesse sentido.

4. Cf. Bertrand Badie, *La diplomatie de connivance. Les derives oligarchiques du système international*. Paris, La Découverte, 2011.

e que papel procuram desempenhar? Em quarto lugar, destacam-se as dimensões geopolítica e estrutural da crise do multilateralismo, qual seja: a dificuldade de se construírem instituições multilaterais em meio a uma disputa hegemônica entre Estados Unidos e China.

Este artigo trata fundamentalmente das duas últimas dimensões, com foco no multilateralismo político e nas agendas de segurança e desenvolvimento, inclusive porque a crise da pandemia de Covid-19 e o diagnóstico do Antropoceno nos levam a ter de relacionar as dimensões de segurança e desenvolvimento, a fim de pensar novas instituições e normas multilaterais.⁵ O nosso argumento é de que as saídas para a crise contemporânea do multilateralismo passam, necessariamente, pelo enfrentamento político (e, portanto, pacífico) da disputa hegemônica entre Washington e Beijing, mas igualmente pela reforma das instituições multilaterais existentes, ou pela criação de novas, à luz dos interesses e das concepções de mundo em um sistema internacional no qual coexistem, mas ainda convivem com dificuldade, diferentes polos de poder.



As saídas para a crise contemporânea do multilateralismo passam, necessariamente, pelo enfrentamento político (e, portanto, pacífico) da disputa hegemônica entre Washington e Beijing.



Para desenvolver esse argumento, estruturamos o artigo em torno de três seções. A primeira analisa a evolução da política externa dos EUA desde o final da Guerra Fria até o atual governo de Joe Biden e Kamala Harris. A segunda trata da liderança chinesa e da experiência de Beijing no âmbito do multilateralismo universal e, mais recentemente, na construção de novas instituições multilaterais no continente asiático. A terceira e última seção tece algumas considerações finais, visando a entender quais possibilidades se abrem ao Brasil nessa conjuntura de crise do multilateralismo e de disputa entre os EUA e a China.

5. Sobre o conceito de Antropoceno e suas implicações para o multilateralismo, cf. <https://www.cebri.org/br/doc/227/conversas-estruturadas-iv-crises-antropocenic-sustentabilidade-saude-global-e-construcao-de-consenso-para-politicas-multilaterais>

Os EUA e o multilateralismo: da unipolaridade à definição da China como rival geopolítico

Ao final da Guerra Fria, os EUA encontravam-se em uma posição extremamente confortável. Em termos da segurança internacional, o conflito bipolar, de mais de 40 anos, terminara de forma pacífica, com o colapso da URSS. As assimetrias de poder tornaram-se mais agudas, com os EUA no topo da estratificação internacional e a União Soviética em trajetória descendente, praticando uma política de acomodação, em especial com relação à reunificação da Alemanha e à incorporação de seus antigos aliados na aliança ocidental.

Para parte dos intelectuais orgânicos da política externa nos EUA, a ordem liberal internacional, sob a hegemonia de Washington, retornava com vigor, seja pelo predomínio das “ideias que conquistaram o mundo – paz, democracia e livre mercado”⁶, seja pela estabilidade e pela expansão do arcabouço liberal-legal construído no pós-Segunda Guerra e que, a partir de então, foi-se universalizando.⁷ Um outro segmento desses intelectuais, contudo, preconizava um cenário bem mais instável, tendo em vista que a condição de unipolaridade, herdada com o fim da Guerra Fria, tenderia a estimular a emergência de “peer competitors” e o retorno à tradicional política de poder.⁸

Ainda que haja alguma diferença com respeito à duração da configuração unipolar, é consenso entre os analistas que a manutenção desta ordem unipolar, sem competidores, tem sido um objetivo estratégico comum a todos os governantes desde o fim da Guerra Fria. Variaram, entretanto, as concepções sobre como manter uma ordem sem competidores. Tais variações têm caracterizado as distintas políticas externas de governos democratas e republicanos, como se indicará a seguir.

Com a política externa do governo democrata de Clinton, de “alargamento e engajamento”, uma variedade de organizações de segurança e instituições econômicas foram criadas; outras foram ampliadas a partir da agregação de membros da anterior aliança soviética. Os objetivos eram incluir, institucionalmente, as novas “democracias de mercado” no mundo Ocidental e, simultaneamente, impulsionar as reformas de mercado na Europa do Leste (chamados de “países em transição”) e o ajuste estrutural nos países do Sul.

No entanto, não seriam os competidores esperados ou alguma potência regional que viria a ameaçar a ordem liberal e ocidental no plano global. Foi o ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, que abalou, profundamente, a hegemonia da crença liberal. Pela primeira vez, os EUA experimentavam um ataque em seu próprio território; antes disso, o mais próximo de um ataque havia sido o bombardeio japonês em Pearl Harbor e a subsequente entrada dos EUA na Segunda Guerra. Para um país que se tornou superpotência global, acreditando ser seu território inexpugnável e as ameaças longe de seu espaço nacional, localizadas na Europa e Ásia, no Oriente Médio e no continente africano, o ataque às Torres Gêmeas redefiniu a percepção das ameaças de fora para dentro.

Esta redefinição das ameaças à sua integridade nacional potencializou os efeitos esperados da unipolaridade, qual seja, a unilateralidade no comportamento da superpotência, cujo desempenho foi exemplificado pela resposta de George W. Bush ao terrorismo internacional e na invasão ao Iraque, em 2003. A doutrina Bush

6. Michael Mandelbaum, *The Ideas that Conquered the World: Peace, Democracy, and Free Markets in the Twenty-first Century*. New York, Public Affairs, 2002.

7. G. John Ikenberry, *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton, Princeton University Press, 2001.

8. De modo geral, no campo teórico realista, os autores apostaram no movimento de balanceamento do poder norte-americano e na instabilidade de uma ordem unipolar. Cf. John J. Mearsheimer, *Structural Realism*. In: Tim Dunne et al. (eds), *International Relations Theories: discipline and diversity*. Oxford, Oxford University Press, 2013.

estava calcada em três componentes. O primeiro era a estratégia da “primazia”, implicando um aumento substancial dos gastos militares, ultrapassando em muito um limite hipotético de gastos, a partir do qual eventuais competidores seriam desencorajados a disputar com Washington no campo dos investimentos militares e estratégicos.⁹ Outro componente da doutrina era a ação ofensiva e a guerra preventiva, que viola o Direito Internacional e as normas vigentes com relação ao uso da força, e reconhece o uso da força apenas em casos de legítima defesa. O terceiro vértice da doutrina é o unilateralismo, colocando os EUA em uma posição excepcional e acima das regras, tratados, alianças e organizações internacionais. Um exemplo paradigmático da ação unilateral do governo Bush foi se colocar acima da ONU ao atacar o Iraque sem autorização do Conselho de Segurança.¹⁰

Com o governo democrata de Barack Obama, a política externa passou a amenizar os componentes da ação unilateral, em especial no plano multilateral, mas com uma novidade: o reconhecimento da China como o principal rival geopolítico dos EUA. Foi durante o mandato de Obama que Xi Jinping chegou à presidência da China, em 2013. Ainda que o expressivo crescimento da China já viesse ocorrendo há pelo menos duas décadas, com maior impulso depois da crise de 2008, com Xi Jinping a política externa chinesa se tornou muito mais assertiva, abandonando o perfil político discreto anterior, face à rápida e espetacular mudança de sua posição na economia mundial.¹¹ Após a crise de 2008, a disputa, que até então estava centrada em aspectos da política econômica e comercial da China, assume conotações claramente geopolíticas, exemplificada pelo lançamento da estratégia do “pivô asiático”, anunciada em 2010.

A base desta estratégia era a Parceria Transpacífica, uma espécie de oferta de cooperação econômica multilateral construída fora da Organização Mundial do Comércio (OMC), envolvendo os países refratários à influência chinesa na região, com dois objetivos principais. Por um lado, fortalecer

a nova estratégia comercial do governo de Obama, face à paralisação das negociações da OMC, baseada na criação de arranjos plurilaterais, em uma proposta análoga à que foi oferecida ao continente europeu, no âmbito da Parceria Transatlântica. Buscava-se, por um lado, estabelecer novas disciplinas, para além daquelas acordadas no âmbito da OMC, em acordos envolvendo um conjunto mais limitado de países, que seriam depois difundidas para os demais países que, para obter as vantagens futuras, teriam de aderir às novas disciplinas comerciais. Por outro, criar um hub de atração norte-americana na região asiática, face à forte presença chinesa. No debate público, a proposta obteve o endosso dos dois partidos, assim como de representantes graduados da área de segurança militar. Nesse endosso, para além dos benefícios comerciais e econômicos dela decorrentes havia um claro componente de segurança estratégica, contido na Parceria na região da Ásia Pacífico.

Donald Trump escalou o conflito com a China, o qual ganhou componentes bilaterais mais ofensivos, embora tenha retirado os EUA da Parceria Transpacífica, que *in fine* tampouco foi ratificada pelo Congresso. Trump fez uso de iniciativas bilaterais e regionais em detrimento das multilaterais e, ao privilegiar medidas unilaterais no comércio, segurança e defesa, enfraqueceu ainda mais decisivamente o multilateralismo. Com base na doutrina do *America First*, as negociações comerciais foram utilizadas como instrumento de política econômica, visando a recuperar postos de trabalho nos EUA e reverter o déficit comercial, como foram os casos da revisão do Nafta e da guerra comercial contra a China.

Com Trump, medidas unilaterais se tornaram moeda corrente, como nos casos da retirada dos EUA do Acordo de Paris e da OMS, afetando, inclusive, as relações transatlânticas. No Oriente Médio, o governo iniciou a retirada das tropas norte-americanas no Iraque e no Afeganistão, apontando um primeiro indício do fracasso da ocupação daqueles países e, assim, abrindo espaço para o aumento da influência do Irã no Oriente Médio. Denunciou ou retirou os EUA de três acordos internacionais, na área de segurança: o acordo nuclear negociado com o Irã, em 2015; o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Médio (INF), negociado entre EUA e União Soviética; e o Tratado Open Skies, assinado em 2020. Para Trump, as normas internacionais e multilaterais não operavam com vantagens para Washington. Sua po-

9. Para a elaboração intelectual da estratégia da primazia, cf. John J. Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*. New York, W. W. Norton & Company, 2001.

10. Cf. Maria Regina Soares de Lima, “A miopia de George W. Bush e a guerra contra o Iraque”, *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, número 20, janeiro/fevereiro/março, 2003, pp. 18-26.

11. Em 2011, a China já era a segunda maior economia global pelo valor estimado do PIB.

lítica externa, assim como a de George Bush, “se encaixa na definição do conceito de primazia, que não identifica limites ao poder (...); seu objetivo é preservar e aumentar o poder absoluto e relativo e, simultaneamente, impedir o aumento do poder dos *peer competitors*”.¹²

Joe Biden herdou este legado na frente multilateral e nas relações com a China. Ainda é cedo para uma análise mais circunstanciada deste governo. Entretanto, uma de suas primeiras iniciativas de política externa foi anunciar o retorno dos EUA ao Acordo de Paris e a renovação da crença liberal no valor das instituições multilaterais que os próprios EUA criaram ao final da Segunda Guerra. Parece, porém, pouco provável que as relações com a China voltem a ser pautadas pela abordagem clintoniana pretérita, a qual acreditava que Beijing poderia ser convertida ao Ocidente liberal à medida que aprofundasse sua inserção na economia globalizada.

Algumas pistas das iniciativas tomadas pelo governo Biden sugerem, ao contrário, que a definição da China como principal rival geopolítico dos EUA veio para ficar e tem o aval do *establishment* político, econômico e militar do país. Neste contexto, a abordagem da contenção chinesa passa a figurar como elemento estruturante da política externa norte-americana, sendo incorporada à sua Grande Estratégia. Apenas de forma ilustrativa, seguem-se algumas iniciativas que sugerem esta trajetória no caso do atual governo democrata.

No plano doméstico, o novo governo apresentou o maior e mais desafiante plano de estímulo econômico, de mais de dois trilhões de dólares, incluindo projetos de infraestrutura, construção de estradas, portos e aeroportos, fomento a tecnologias ecologicamente sustentáveis, estímulos à reinserção no mercado de trabalho, extensão do seguro-desemprego, retomada do programa de saúde pública ObamaCare, entre outras medidas. Inspiradas no New Deal de Roosevelt, as propostas de Biden envolvem restaurar a coordenação do Estado em um projeto econômico, político e ambiental, assim como taxar o setor empresarial. Ademais, há um reconhecimento que as medidas liberais anteriores falharam em alcançar seus objetivos e aumentaram a desigualdade no país. As

propostas ainda terão que passar pelo crivo do Congresso, mas esta virada social-democrata dos EUA, assim como ocorreu na Europa no pós-guerra, tem um endereço certo, qual seja, restaurar a afluência anterior, de modo a que o país possa figurar como uma alternativa real face à atratividade do modelo chinês, no qual o Estado ocupa papel central e determinante.

No plano externo, o fracasso da ocupação do Iraque e do Afeganistão e a demonstração inequívoca de uma tragédia evitável – mas que consumiu inúmeras vidas humanas nos EUA e nos países invadidos, enterrando ao mesmo tempo bilhões de dólares – foram consumados com a retirada das últimas tropas norte-americanas de Cabul, já no governo Biden. Este vergonhoso episódio sotterrou de vez a estratégia de Guerra ao Terror, professada por todos os governos anteriores, desde o 11 de setembro, levando ao abandono do projeto de *state-building* em territórios recém-conquistados de grupos rebeldes e facções terroristas. Situa-se nesta quadra histórica a mudança na estratégia de segurança internacional estadunidense, com a prioridade conferida à rivalidade geopolítica com a China e, em menor escala, com a Rússia. Como parte desta mudança, mencione-se a iniciativa de formação da aliança AUKUS, com a participação da Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, um pacto de defesa anglo-saxão de contenção da China na região do Indo-Pacífico.

12. Cf. Ângelo Raphael Mattos, “Um balanço da política externa de Donald Trump”, OPEU, 30/05/2020, p. 75. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2020/05/30/um-balanco-da-politica-externa-de-donald-trump/>

China, a ascensão de uma superpotência e seu engajamento multilateral

A China contemporânea apresenta identidades múltiplas que, em matéria de política externa, podem produzir ganhos, mas também desafios de credibilidade para Beijing. Superpotência na relação bilateral com os EUA, potência nuclear e um dos 5 membros permanentes (P5) no CSNU, *global player* nas negociações comerciais, nos acordos de investimentos e em matéria de inovação, por um lado, e país em desenvolvimento no seio do G-77+China, líder do Sul Global, parceiro do continente africano no Fórum China-África de Cooperação (FOCAC), por outro, as identidades usadas diplomaticamente por Beijing servem a distintos objetivos estratégicos, mas são potencialmente contraditórias entre si.

Desde 1949, a China perfilou-se como grande potência (na Guerra Fria e, desde os anos 1970, com assento permanente no CSNU) e assumiu papéis secundários de potência contestadora da hegemonia soviética e de denúncia do imperialismo dos EUA, mas sem esquecer sua liderança histórica no Terceiro Mundo (e, hoje, no Sul Global). Da negação do passado imperial durante a Revolução Cultural e a era Mao ao uso diplomático mais recente do longo histórico civilizacional, por detrás das variações de identidade a China tem mantido, consistentemente, constantes seus objetivos de política externa em torno da segurança nacional, da unificação (inclusive em relação à “província rebelde” de Taiwan), do aumento de seu poder relativo, de seu prestígio e influência, da necessidade de reforçar sua capacidade de liderança asiática (no médio prazo) e de atingir o estatuto de potência global (no longo prazo).¹³

Desde 1949, pode-se dizer que a China apresenta cinco fases marcantes em sua trajetória de política externa: (i) 1949-1959: aliança com a URSS (política de *lean to one side*); (ii) 1959-1969: conflitos na relação com a URSS e a guerra com a Índia, liderança no Terceiro Mundo e apoio a lutas anti-coloniais na África, prioridades domésticas e Revolução Cultural; (iii) 1969-1979: normalização diplomática com os EUA, com a visita de Kissinger, em 1971, seguida da visita de Nixon, em 1972, e política externa baseada no anti-hegemonismo

(da URSS e dos EUA); (iv) 1979-2013: reformas visando ao desenvolvimento econômico e projeção da China como potência econômica global; (v) desde 2013: Xi Jinping abandona a política externa de perfil baixo de Deng Xiao Ping e avança rumo a uma “grande estratégia” de superpotência.¹⁴ Neste *policy paper*, buscando gerar um paralelo com o período histórico estudado na seção anterior, analisaremos esquematicamente apenas as presidências de Jiang Zemin (1993-2003), Hu Jintao (2003-2013) e a nova era Xi Jinping (desde 2013).

Quando estourou a crise na Praça da Paz Celestial, em 1989, Gorbachev estava em visita oficial à China, no bojo do processo normalização das relações com a URSS. A isso se seguiu a retomada, em 1991, das relações da China com o Vietnã. Desse modo, quando se iniciaram os anos Zemin, bons ventos sopravam em Beijing: o aprendizado com os riscos de isolamento provocados pela crise de Tiananmen e a conseqüente retomada dos programas de cooperação com países em desenvolvimento (sobretudo africanos); processo de desenvolvimento econômico sustentado, com taxas médias de crescimento anual em torno de 10%; o retorno de Hong Kong (1997) e de Macau (1999) à soberania chinesa; a primeira visita de um chefe de Estado chinês ao Japão (1998); e o lançamento do FOCAC (2000), em clara demonstração da estratégia going global de Jiang Zemin. Em matéria de segurança, durante

13. Cf. King C Chen (ed.), *China and the Three Worlds. A foreign policy reader*. New York, M. E. Sharpe, 1979; Sebastian Harnisch, Sebastian Bersick&Jörn-Carsten Gootwald. *China International Roles*. New York, Routledge, 2016.

14. Cf. David Shambaugh, *China goes global. The partial power*. New York, Oxford University Press, 2013; Robert Ross & Jo Bekkevold (eds.). *China in the era of Xi Jinping. Domestic and foreign policy challenges*. Washington (D.C.), Georgetown University Press, 2016

a presidência de Zemin, Beijing aumentou sua participação nas operações de paz da ONU; além disso, em 1996, a China disparou três mísseis desarmados nas proximidades de dois dos maiores portos de Taiwan, em claro jogo de intimidação recíproca, haja vista que, semanas antes desse disparo, Taiwan confirmou a realização de sua primeira eleição presidencial democrática. Apesar das tensões em torno da “província rebelde”, em 1997, Jiang Zemin e Bill Clinton assinaram o acordo que ficou conhecido como “parceria estratégica construtiva”, confirmando, como apontam alguns autores, que desde 1989 a diplomacia chinesa tem sido pragmática e utilitarista, mantendo as relações com os EUA como o eixo transversal da política externa.¹⁵

Durante os anos Jintao, Beijing avançou significativamente no processo de valorização diplomática do passado e recuperação da “harmonia” confuciana como princípio da ascensão chinesa. Em 2004, Hu Jintao lançou o programa internacional de cooperação cultural do Instituto Confúcio, cujos resultados e contradições têm sido analisados por muitos estudiosos mundo afora.¹⁶ Em 2008, Beijing sediou os Jogos Olímpicos, cujas cerimônias de abertura e fechamento emblematicamente ilustraram a busca por prestígio e a tentativa de projeção de uma imagem internacional positiva da China. No mesmo sentido, Xangai foi sede da Exposição Universal, em 2010, contando com a participação de 189 países e 50 organizações internacionais; participaram de sua cerimônia de abertura personalidades como do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, entre outras.

Peter Katzenstein referiu-se ao conceito de “sinicização” do mundo para interpretar o processo de emergência ou, como ele prefere dizer, renascimento da China. A sinicização do mundo, nos termos de Katzenstein, tem forte relação com o papel do Estado chinês. Já na presidência de Hu Jintao, percebe-se que o tamanho físico e demográfico da China, suas taxas de crescimento econômico e a determinação do governo (e do Partido Comunista chinês) são variáveis importantes

na promoção da unidade nacional e na ambição de definir os contornos da política mundial. A civilização chinesa, indissociável do Estado (ontem, o Imperador; hoje, o Partido), corresponde a um contexto complexo marcado por tradições históricas e múltiplas de sinicização ou, como também afirma Katzenstein, de uma Pax Sinica, cuja compreensão pressupõe recombinar novos e antigos padrões e componentes, mas também analisar o poder em todas as suas dimensões:

“(...) the behavioral effects of power which are directly targeted and exercised in specific and observable ways are important but do not exhaust the full panoply of power. Equally important are the non-behavioral effects of power that are indirectly targeted and are exercised in diffuse and not readily observable ways. China’s rise includes both the invisible and the non-behavioral dimensions of power. Recombination rather than rupture or return is China’s likely future” (p. 2).¹⁷

No campo estratégico, em 2008, o Livro Branco da Defesa apresentou, pela primeira vez, o plano estratégico da China para o desenvolvimento da defesa nacional, e expôs a missão básica das tropas de mísseis estratégicos e as tarefas específicas de suas forças de mísseis nucleares. Ademais, dados básicos sobre os gastos com defesa nacional nos 30 anos desde a reforma e a abertura, tamanho das forças de segurança pública e de defesa de fronteiras também foram divulgados pela primeira vez. A figura 1 (a seguir) apresenta dados comparativos interessantes sobre a capacidade bélica de China, EUA e outros países. No plano geopolítico, em 2009, teve lugar a primeira Cúpula dos BRICS em Yekaterinburg, na Rússia. No seio dos BRICS, a China encontrou uma de suas plataformas iniciais de projeção de poder no multilateralismo.

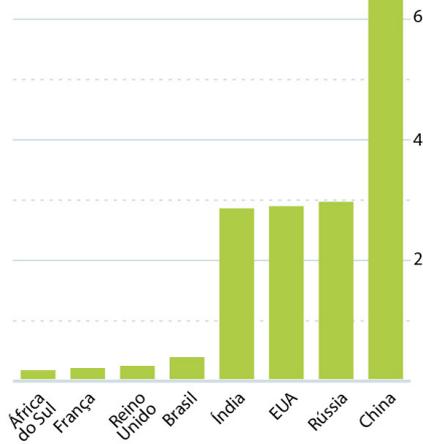
15. Cf. Henry Kissinger, *Sobre a China*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013; Kenneth Lieberthal & Wang Jisi, *Addressing U.S.-China Strategic Distrust*. Washington (D.C.), The John L. Thornton China Center at Brookings, 2012.

16. Cf. Falk Hortig, *Chinese public diplomacy. The rise of the Confucius Institute*. New York, Routledge, 2016; Marshall Sahlins, *Confucius institutes. Academic malware*. Chicago, Prickly Paradigm Press, 2015.

17. Cf. Peter J. Katzenstein (ed.), *Sinicization and the rise of China. Civilizational processes beyond East and West*. New York, Routledge, 2012.

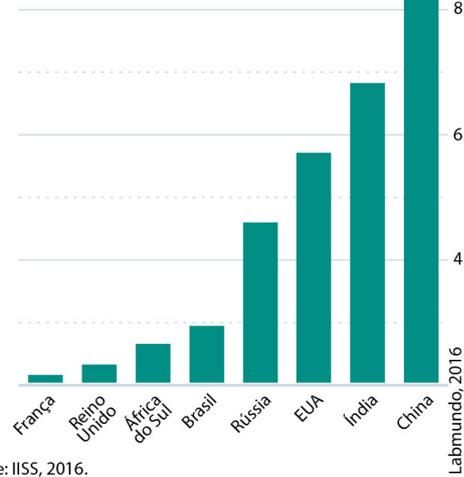
Figura 1: Capacidade bélica

Quantidade total de tanques, em milhares, em 2016



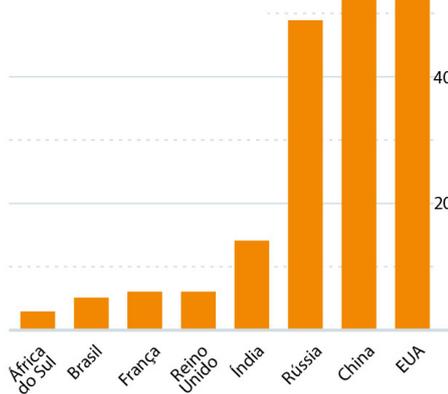
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de peças de artilharia, em milhares, em 2016



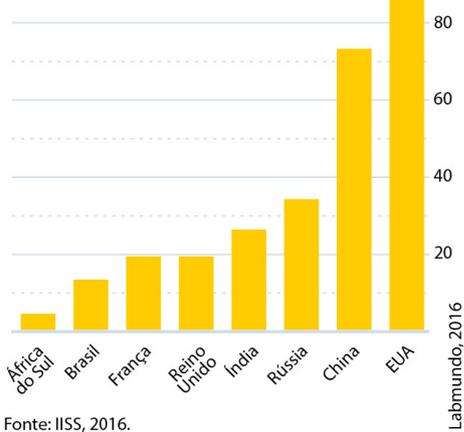
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de submarinos de ataque, em 2016



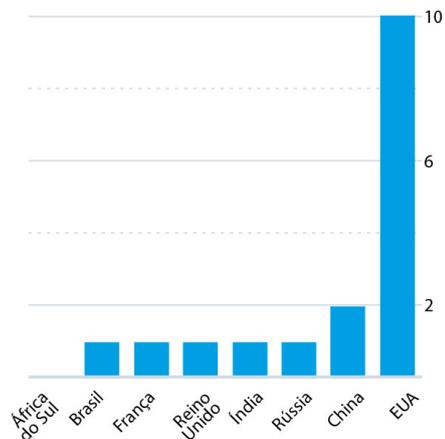
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de cruzadores, fragatas e destroyers, em 2016



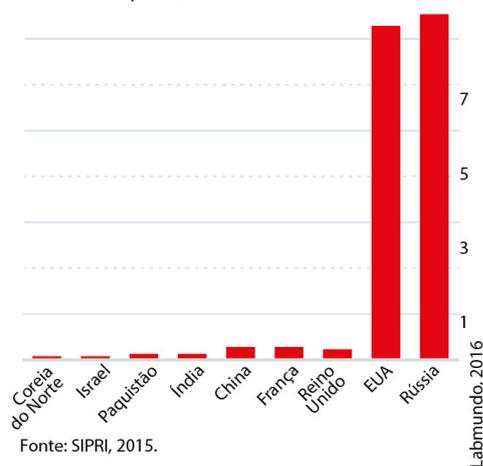
Fonte: IISS, 2016.

Quantidade total de navios porta-aviões, em 2016



Fonte: IISS, 2016.

Estimativa do inventário total de ogivas nucleares, em milhares, em 2015



Fonte: SIPRI, 2015.

A era Xi Jinping, desde 2013, tem, paulatinamente, aprofundado, quantitativa e qualitativamente, esse processo de socialização da China em espaços multilaterais globais e regionais, mas também de recombinação em experiências novas de cooperação e integração, nos campos econômico, estratégico, político e cultural. As concepções chinesas sobre as relações internacionais têm-se construído como uma verdadeira “escola chinesa” do pensamento sobre o internacional, reunindo nomes como Yan Xuetong (Universidade Tsinghua), Zhao Tiangyang (Academia Chinesa de Ciências Sociais) ou ainda Qin Yaquing (*China Foreign Affairs University*). Do ponto de vista material, seria impossível, neste *policy paper*, analisar todas as iniciativas que, desde 2013, a presidência de Xi Jinping tem apresentado ao mundo como parte de sua “grande estratégia” a fim de atingir o que ele próprio definiu como o “Sonho chinês”, pautado na necessidade de atingir estabilidade nas relações China-EUA (“*new model of major-power relations*”, segundo Xi Jinping), na existência de uma esfera de influência da China na região e no mundo, e na preservação dos interesses centrais de Beijing, entre os quais a manutenção do regime no plano doméstico.¹⁸

Por sua envergadura e ambição, resolvemos ater-nos, aqui, a uma apresentação esquemática da *One Belt, One Road Initiative* (OBOR), procurando situá-la nesse contexto de sinicização do mundo anteriormente introduzido. Lançada em setembro de 2013 (*Silk Road Economic Belt*) por Xi Jinping, no Cazaquistão, e complementada em novembro de 2014, na Indonésia (*21st Century Maritime Silk Road*), a OBOR visa transformar a China na máquina do desenvolvimento mundial e garantir ao país acesso a recursos naturais e a mercados para o seu desenvolvimento econômico. No âmbito doméstico, busca dar legitimidade ao regime com base em performance (por meio de elementos como crescimento econômico, prosperidade para os chineses e a superação da armadilha do país de renda média), associando todos os chineses detrás de grandes bandeiras nacionalistas, mas também definindo uma grande estratégia em matéria de política externa. Outra bandeira instrumental para Xi Jinping tem sido o combate contra a corrupção, que também lhe tem permitido afastar rivais e concorrentes internos.

18. Cf. Suissheng Zhao, *The China Model: can it replace the Western model of modernization?*, *Journal of Contemporary China*, 19(65), 419-436, 2010; Zhao Kejin & Gao Xin, *Pursuing the Chinese Dream, Institutional Changes of Chinese Diplomacy under President Xi Jinping*, *China Quarterly of International Strategic Studies*, 1(1), 35-57, 2015.

A OBOR inclui várias ferramentas financeiras, a exemplo do *New Silk Road Fund*, o *China Development Bank*, o *Eximbank of China*, entre outras. Originalmente, organizou-se em seis corredores: China-Mongólia-Rússia, *New Eurasia Land Bridge*, China-Ásia central e ocidental, China-Indochina, China-Paquistão, BCIM (Bangladesh, China, Índia e Mianmar) e a Rota Marítima. Em 2018, a OBOR foi expandida para o Ártico (*Polar Silk Road*). Muito importante, ademais de ser crucial para a economia chinesa (pela possibilidade de acesso a mercados, integração comercial, e acesso a recursos estratégicos e energéticos), a OBOR também é fundamental para a internacionalização do renminbi. Estrategicamente, é também uma resposta ao *New Silk Road* norte-americano, lançado por Hilary Clinton em julho de 2011, em Chennai, na Índia, mas também uma reação à iniciativa Transpacífica de Barack Obama. A OBOR é uma ampla plataforma diplomática para Beijing, que se constrói a partir de experiências anteriores de cooperação Sul-Sul.

Recombinando a ancestralidade de várias civilizações (como persa, chinesa e greco-romana), que muito intercambiaram nessa geografia, e associando esse passado com uma história comum de dominação e opressão pelo Ocidente, a OBOR organizou a diplomacia chinesa, enfatizando o poder de sedução à frente do poderio militar, mas principalmente “empacotando” uma ideologia nacionalista em marcos interpretativos globais. Em suma, a China procura construir uma noção abstrata e metafórica de “Rota da Seda” (associada aos Institutos Confúcio, ao projeto da agência de notícias Xinhua e à Televisão Central da China - CCTV) enquanto narrativa global de um verdadeiro projeto de hegemonia mundial, e coloca a OBOR também como plataforma de exportação de bens culturais chineses. No entanto, a OBOR também denota uma mudança tática na grande estratégia chinesa, que passa do bilateral ao multilateral, em um contexto em que os EUA, então sob Donald Trump, denunciavam o “globalismo” e defendiam o nacionalismo econômico. Combinando à dimensão geopolítica um conjunto de iniciativas econômicas (como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura – AIIB e o Novo Banco de Desenvolvimento – NDB, também chamado de Banco dos BRICS), a OBOR pode também ser lida como uma tentativa de materialização da defesa do discurso amplamente difundido na região de que os assuntos asiáticos devem ser liderados por asiáticos.¹⁹

19. Cf. Mingjiang Li, *Rising from Within: China's Search for a Multilateral World and Its Implications for Sino-US Relations*, *Global Governance*, 17 (2011), 331-351.

Existe, há que se lembrar, o risco de “*strategic overstretch*”, mas, ao mesmo tempo, a OBOR permite dar uma dimensão internacional a uma iniciativa doméstica anterior (“Go West”, muito importante para o Xinjiang). No entorno estratégico da China, não são poucos os conflitos com o Japão, com os vizinhos no mar do sul da China (principalmente Filipinas e Vietnã) e com a Índia (Caxemira). A Índia, por exemplo, recusa-se a participar da OBOR, principalmente devido aos vultosos investimentos em infraestrutura da China no Paquistão (entre outros, no porto de Gwadar). Uma das reações estratégicas mais re-

levantes à OBOR é a configuração do *Quadrilateral Security Dialogue* (EUA, Índia, Japão e Austrália), em novembro de 2017. Interessante notar que são vários os países africanos integrados à OBOR (África do Sul, Egito, Etiópia, Quênia), bem como latino-americanos (os chefes de estado de Argentina e Chile participaram da reunião de lançamento, em 2017). Da segunda reunião da OBOR, em abril de 2019, participaram, entre outros, os presidentes de Chile, Portugal, Suíça, da República Tcheca, os primeiros-ministros de Itália, Grécia, Japão e, ponto fundamental, Vladimir Putin.

Considerações finais: multilateralismo, interesses e convergências na perspectiva brasileira

Nas *Conversas Estruturadas* organizadas no âmbito deste projeto, os vários analistas convidados chegaram a uma ampla concordância com relação aos fatores causadores da crise contemporânea do multilateralismo, embora também tenham expressado variações com respeito a objetivos e interesses nacionais e, ponto fundamental, quanto ao que fazer.

Nesse mesmo sentido, Anna Jaguaribe, no *webinar* organizado pelo CEBRI em parceria com a KAS,²⁰ intitulado *Multilateralism Today: New Political Conditions and Narratives of the Different Players*, lembrou que, em Washington, os analistas se dividem entre aqueles que estão convencidos de que a ascensão da China torna imperativa uma hegemonia liberal sobre os dois oceanos e aqueles que, em contraste, argumentam a favor de um novo sistema de equilíbrio de poder, no qual competição e cooperação orientariam a política. Como bem afirmou Anna Jaguaribe, essas visões contrastantes influenciam as perspectivas e as expectativas sobre o que devem ser os arranjos e as regulamentações multilaterais, fazendo com que as externalidades do conflito EUA-China imponham, hoje, uma ordem

bipolar em um mundo multipolar.²¹

Portanto, de modo geral, há amplo consenso com relação às origens da crise contemporânea do multilateralismo: (i) **a crise financeira de 2008** acelerou o processo de mudança na correlação de forças no plano internacional, superando o cenário do imediato pós-Guerra Fria de vitória do Ocidente e auge de sua influência, em um contexto internacional marcado pela crise da dívida nos principais países do Sul e pela imposição de reformas neoliberais; (ii) **a ascensão espetacular da China** e, em um primeiro momento, a difusão do poder na direção dos países do Sul; (iii) **a competição EUA-China**, acirrada a partir de Donald Trump, que passou a considerar a China como o adversário estratégico e ameaça aos interesses dos EUA, reforçando, assim, as tendências uni-

20. Cf. <http://www.cebri.org/br/doc/224/conversas-estruturadas-i-realinhamentos-globais-e-formulacao-da-politica-externa-espacos-nacionais-regionais-e-insercao-global>

21. Cf. <http://www.cebri.org/br/evento/159/multilateralismo-hoje-novas-condicoes-politicas-e-narrativas-dos-diferentes-atores>

laterais de Washington²²; (iv) a **reemergência do nacionalismo**, o aumento do protecionismo e a introspecção de muitos países importantes, fenômenos que coincidem com a ascensão de governos de extrema-direita que acusam os organismos internacionais de prejudicar os “interesses nacionais”, e de difundir o que alguns desses governos identificam como uma “ideologia globalista” ou, ainda, o “marxismo cultural” das ONU.

Nesse cenário, os países do Norte Global continuam sendo os principais beneficiários das regras do sistema, seja no campo dos valores e princípios liberais, seja quanto às regras que informam o funcionamento das instituições financeiras internacionais. Apesar disso, creditam a crise do multilateralismo, em particular em sua versão universalista, ao número excessivo de participantes no jogo político e à crescente heterogeneidade de interesses. Estas condições não contribuiriam, como bem ressaltou Richard Haas no webinar de maio de 2021, acima mencionado, para a eficiência do processo multilateral e levariam a seu fracasso, como no caso da última Rodada de Doha, inconclusa, da OMC. Richard Haas reconhece a importância do ideal do multilateralismo universal, mas aponta a sua ineficácia na solução de problemas globais, razão pela qual defende a adoção de práticas plurilaterais ad hoc ou mecanismos de um “multilateralismo flexível” do tipo *coalition of the willing* ou ainda agrupamentos entre *like-minded countries* (incluindo os países relevantes e dotados de capacidade de ação). Ao reconhecer a dificuldade que o jogo competitivo entre China e EUA traz para o multilateralismo, Haas privilegia a adoção de práticas factíveis em detrimento da negociação (mais lenta e deliberativa) de normas legítimas no seio de instituições multilaterais de caráter universal.²³

Assim, duas soluções distintas são aventadas. Uma delas, que busca preservar o legado liberal do multilateralismo, sugerindo que ele se restrinja aos países *like-minded* ou democracias liberais. A outra, mais preocupada em aumentar a eficiência de negociações em temas que exijam algum grau de coordenação entre os membros, também sugere diminuir o número de participantes, restringindo-os a partir de um critério de in-

clusão que leve em conta apenas os países que realmente importam em um determinado tema, independentemente de serem ou não democracias liberais. Ambas as sugestões são críticas do multilateralismo universal, sendo que no caso da segunda perspectiva, toda reforma estaria fadada ao fracasso, pois não eliminaria o problema. A solução da crise estaria na criação de novas instâncias mini ou plurilaterais com as características mencionadas e, inclusive, com a participação do setor privado.

Uma proposta deste tipo não encontraria respaldo de Beijing, que favorece o sistema multilateral universal, até porque suas prerrogativas, como um dos P5 do CSNU, garantem seus principais interesses de segurança. Também não teria a aprovação dos emergentes e do Sul Global, cuja participação seria certamente obstaculizada com a adoção do critério do grau de relevância do ator na regulação de questões e temas específicos. A China, como vimos, favorece o multilateralismo porque suas instituições e normas (principalmente as econômicas) legitimam a atuação de Beijing em seu processo firme e progressivo de ascensão; no entanto, a China é particularmente hostil às iniciativas que possam ferir os princípios da igualdade soberana e da não intervenção em temas domésticos, gerando o que se tem convencionado chamar de “multilateralismo com características chinesas”.

Aos países do Sul Global e às potências emergentes, o multilateralismo propicia um sistema de regras que, em princípio, tende a atenuar os poderes fáticos dos Estados mais poderosos, com a possibilidade de exercício de meta-poder, como diria Stephen Krasner.²⁴ A principal reivindicação dos países do Sul Global concentra-se nas reformas por representatividade nas arenas decisórias e por regras que reconheçam as assimetrias existentes, protegendo-os de modos de competição desigual no sistema internacional. Segundo Kishore Mahbubani, no mesmo *webinar* mencionado, as inovações em matéria de multilateralismo virão da Ásia e, nesse sentido, o autor apresenta três propostas a fim de reforçar as instituições multilaterais existentes: (i) melhorar o equilíbrio entre orçamentos obrigatórios (as quotas nacionais, também chamadas de fundos orçamentários) e os orçamentos voluntários (também chamados de fundos extra-orçamentários) nas

22. Cf. United States of America, *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the USA: sharpening the American military's competitive edge*. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>

23. Cf. <http://www.cebri.org/br/evento/159/multilateralismo-hoje-novas-condicoes-politicas-e-narrativas-dos-diferentes-atores>

24. Cf. Stephen D. Krasner, *Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism*. Berkeley, University of California Press, 1985.

agências²⁵; (ii) reformar as agências financeiras internacionais (como o Fundo Monetário Internacional - FMI - e Banco Mundial), nos quais ainda vigem regras de direção de acordo com a nacionalidade (diretores europeus no Fundo, e norte-americanos no Banco); (iii) a reforma do CSNU.²⁶

A convergência da China com a posição dos emergentes poderia ocorrer no que diz respeito à preservação do multilateralismo universal, à introdução de critérios que atendam a diversidade dos membros e à atenuação do viés liberal e ocidental. No entanto, certamente haveria resistência da China quanto ao aumento do número de membros permanentes no CSNU, principalmente em relação à Índia e ao Japão.

Ao fim e ao cabo, esta situação de vetos mútuos ou de baixa convergência entre os parceiros principais aponta para a quase impossibilidade de reformas profundas do sistema multilateral. No entanto, dado o fato de que todos os atores têm algo a perder com o desaparecimento do multilateralismo universal, o cenário mais provável seria o de mudanças incrementais e localizadas. Por outro lado, tendo em vista a crítica severa das potências à multiplicidade e heterogeneidade dos interesses presentes no sistema, é mais provável que, ao mesmo tempo, surjam novas arenas com desenhos institucionais variados, com número menor de participantes e com a voz de membros escolhidos não por sua linhagem política, mas por sua relevância no tema em questão. Finalmente, não se pode afastar a hipótese de eventos não políticos, a exemplo de crises sanitárias e eventos extremos relacionados com as mudanças climáticas, precipitem negociações, apesar das dificuldades acima apontadas. Em ambas as agendas, o Brasil, por suas características, é chamado a desempenhar papel de relevo.

No plano regional, ainda que existam exemplos bem-sucedidos de cooperação e de integração, a variedade de modelos dificulta sua reprodução no nível global. O regionalismo é mais focado e

tende a ser bem mais eficiente do que as arenas universais. Ademais, a vizinhança cria uma série de problemas de interdependência em temas variados (saúde, trabalho, migrações, comércio) e a conseqüente necessidade de regulação, com base em interesses comuns de um número limitado de participantes e possibilidade de ganhos mútuos. No caso brasileiro, entre todas as atuais experiências de regionalismo, há que se reconhecer que a mais frágil, praticamente inexistente atualmente, é a latino-americana e a sul-americana, onde ainda persiste a situação de que os eixos de interação estão voltados para fora da região, herança da colonização, acentuada na atualidade pela atração exercida pela China. Ademais, a baixa institucionalização e a dependência de lideranças dispostas a coordenar a ação coletiva regional também são obstáculos para os ensaios de cooperação e integração regional no entorno brasileiro.

Finalmente, fechamos com uma observação com respeito ao Brasil e à disputa bipolar atual. Da perspectiva da história global, nosso país viveu, com êxito, uma transição de poder mundial no passado e vivencia a transição em curso. No final do século XIX e início do XX, o país assistiu à passagem da hegemonia britânica à norte-americana, quando se acentuou o declínio da presença inglesa na economia e sua substituição pela modernização liderada pelos EUA. O ciclo hegemônico se completou ao final da Segunda Guerra, com a vitória aliada e a ascensão incontestável dos Estados Unidos à condição de poder global, em uma ordem hegemônica por Washington. Durante os anos 1930, o governo Vargas ensaiou uma aproximação com a Alemanha, por via do comércio compensado, sem envolver o uso de moeda internacional. Ao declarar guerra à Alemanha em 1942, contudo, o Brasil assumiu definitivamente o alinhamento com as forças aliadas, e desfrutou, em um determinado momento da guerra, de uma posição estratégica nos destinos do conflito, ao ceder as bases no Nordeste para uso da aviação dos EUA. Constituiu-se, então, a “aliança especial” com os EUA, que singularizou a posição brasileira no contexto sul-americano ao render muitos frutos à modernização do país, ainda que a parceria fosse bastante assimétrica e relativamente unilateral.

O final da Guerra Fria deu início a uma segunda transição de poder em dois movimentos. No primeiro, imediatamente após o fim da União Soviética, em que claramente havia um vencedor prin-

25. Por detrás dessa aparente tecnicidade quanto ao tipo de orçamento, existe uma questão política. Nos fundos orçamentários, as agências são autônomas em seus processos de governança interna, cabendo ao diretor-geral (ou secretário-geral) e ao secretariado a decisão sobre como e o que fazer. No caso dos fundos voluntários, os países doadores definem a agenda e o *modus operandi*. Cf. Carlos R. S. Milani, *Solidariedade e Interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento*. Curitiba: Appris, 2018 (em especial o capítulo 2).

26. Além do *webinar*, cf. também Kishore Mahbubani, *The Great Convergence: Asia, the West, and the Logic of One World*. New York, Public Affairs, 2013.

cial e nenhum despojo praticamente a negociar. A condição de unipolaridade foi relativamente curta, ensaiou-se relativa multipolaridade e o processo de desconcentração da ordem global gerou algum espaço de manobra para os países do Sul, em particular os emergentes, favorecidos pela globalização do capitalismo com o fim do socialismo real. O segundo movimento está em curso, com a ascensão chinesa, uma vez que o ciclo hegemônico não se completou. Os desafios para o Brasil são muito superiores à bem-sucedida primeira transição, quando o Brasil, apesar do flerte inicial com a Alemanha, aderiu formalmente à aliança vencedora e foi recompensado com a cooperação norte-americana durante o conflito e nos anos pós-1945, o que não ocorreu com a Argentina, por exemplo.

Em um cenário em que a disputa EUA-China permaneça em estado de latência, o que seria ideal para a estabilidade global, e mais conveniente para o lado brasileiro, a estratégia de “neutralidade ativa” seria mais adequada aos interesses geopolíticos e econômicos do país.²⁷

No entanto, essa última tende a ser mais demandante para o Brasil, por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, pela forte presença da política estadunidense na formação dos interesses e das mentalidades entre as elites brasileiras e pela influência (cultural, de consumo, comportamental, entre outros aspectos) que Washington exerce na sociedade brasileira em geral. Em segundo lugar, pelo fato de não estarmos situados na Ásia e, desta forma, de correremos o risco de sermos tratados como periferia da potência chinesa. Ou seja, no cenário de manutenção de uma condição de equilíbrio entre EUA e China, a hipótese de hoje se extrair, como no passado, benefícios de ambas as grandes potências vai depender da capacidade estatal político-diplomática em um sentido amplo, que não temos neste momento, e de uma firme aliança com os nossos vizinhos sul-americanos a fim de aumentar a escala na negociação, ao mesmo tempo em que se poderiam gerar benefícios regionais. A neutralidade ativa pressupõe agência, coesão entre as elites estratégicas e liderança em torno de um projeto político e estratégico claramente definido e compartilhado, condições de que o Brasil atual está longe de dispor.

27. Segundo Hélio Jaguaribe, a política externa deveria ser orientada por uma posição tanto de maior autonomia, em face dos Estados Unidos e das grandes potências europeias, quanto de neutralidade, em relação ao conflito estadunidense-soviético na Guerra Fria. É a este conceito de neutralidade, que aqui chamamos de “neutralidade ativa”, que nos referimos, inspirados pelo trabalho do Professor Jaguaribe. Cf. Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atuação brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.



O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente e plural, que há mais de vinte anos se dedica à promoção do debate propositivo sobre a política externa brasileira.

O CEBRI é uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente, que propõe soluções pragmáticas e inovadoras para alavancar a inserção internacional positiva do país dentro do contexto global.

Formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira, o Conselho Curador é parte fundamental da rede apartidária, diversa e plural do CEBRI, composta por mais de 100 especialistas de diversas áreas de atuação e de pensamento.

PENSAR
DIALOGAR
DISSEMINAR
INFLUENCIAR

**#2 *Think tank* da
América do Sul e Central**

*University of Pennsylvania's Think Tanks
and Civil Societies Program 2020 Global
Go To Think Tank Index Report*

Conselho Curador

Presidente
José Pio Borges

Presidente Emérito
Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes
Jorge Marques de Toledo Camargo
José Alfredo Graça Lima
Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos
Daniel Klabin
José Botafogo Gonçalves
Luiz Augusto de Castro Neves
Rafael Benke

Conselheiros Eméritos
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Luiz Fernando Furlan
Marcos Azambuja
Pedro Malan
Rubens Ricupero
Winston Fritsch

Fundadores
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Daniel Klabin
Gelson Fonseca Jr.
João Clemente Baena Soares
Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga
Roberto Teixeira da Costa
Eliezer Batista da Silva (*in memoriam*)
Luciano Martins de Almeida (*in memoriam*)
Luiz Felipe Palmeira Lampreia (*in memoriam*)
Luiz Olavo Baptista (*in memoriam*)
Sebastião do Rego Barros Netto (*in memoriam*)
Walter Moreira Salles (*in memoriam*)

Diretora-Presidente
Julia Dias Leite

Conselheiros
André Clark
André Lara Resende
Anna Jaguaribe (*in memoriam*)
Armando Mariante
Armínio Fraga
Clarissa Lins
Claudio Frischtak
Demétrio Magnoli
Edmar Bacha
Henrique Rzezinski
Ilona Szabó
Izabella Teixeira
Joaquim Falcão
José Aldo Rebelo
José Luiz Alquéres
Luiz Ildefonso Simões Lopes
Marcelo de Paiva Abreu
Marcos Galvão
Paulo Hartung
Renato Galvão Flôres Jr.
Roberto Abdenur
Roberto Jaguaribe
Ronaldo Veirano
Sergio Amaral
Vitor Hallack

Senior Fellows

Adriano Proença
 Ana Célia Castro
 Ana Paula Tostes
 Ana Toni
 André Soares
 Benoni Belli
 Carlos Milani
 Daniela Lerda
 Denise Nogueira Gregory
 Diego Bonomo
 Evangelina Seiler
 Fabrizio Sardelli Panzini
 Fernanda Magnotta
 José Mario Antunes
 Larissa Wachholz
 Leandro Rothmuller
 Leonardo Burlamaqui
 Lia Valls Pereira
 Lourival Sant'anna

Mário Ripper
 Matias Spektor
 Miguel Correa do Lago
 Monica Herz
 Patrícia Campos Mello
 Paulo Sergio Melo de
 Carvalho
 Pedro da Motta Veiga
 Philip Yang
 Ricardo Ramos
 Ricardo Sennes
 Rafaela Guedes
 Rogerio Studart
 Ronaldo Carmona
 Sandra Rios
 Tatiana Rosito
 Vera Thorstensen
 Victor do Prado

Conselho Consultivo Internacional

Albert Fishlow
 Alfredo Valladão
 André Corrêa do Lago
 Antonio Patriota
 Felix Peña
 Flávio Damico
 Hussein Kalout
 Jackson Schneider
 Leslie Bethell
 Marcos Caramuru
 Marcos Jank
 Monica de Bolle
 Paolo Bruni
 Sebastião Salgado

Associados

Aegea
 Altera
 BAMIN
 Banco Bocom BBM
 BASF
 BAT Brasil
 BDMG
 BMA Advogados
 BNDES
 BRF
 Bristow
 Brookfield Brasil
 Captalys Investimentos
 CCCC/Concremat
 Consulado Geral dos Países
 Baixos no Rio de Janeiro
 Consulado Geral da Irlanda em
 São Paulo
 Consulado Geral do México no
 Rio de Janeiro
 Consulado Geral da Noruega no
 Rio de Janeiro
 CTG Brasil
 Dannemann, Siemsen,
 Bigler & Ipanema Moreira

EDP
 Eletrobras
 Embaixada da China no Brasil
 Embaixada da República da Coreia
 Embraer
 ENEVA
 ENGIE Brasil
 Equinor
 ExxonMobil
 FCC S.A.
 Galp
 Grupo Lorentzen
 Grupo Ultra
 Haitong
 Huawei
 IBÁ
 IBRAM
 Icatu Seguros
 Instituto Clima e Sociedade
 Itaú Unibanco
 JETRO
 Klabin
 Lazard
 Light

Machado Meyer
 Mattos Filho Advogados
 Michelin
 Museu do Amanhã
 Neoenergia
 Paper Excellence
 Petrobras
 Pinheiro Neto Advogados
 Prumo Logística
 Repsol Sinopec
 Sanofi
 Santander
 Shell
 Siemens
 Siemens Energy
 SPIC Brasil
 State Grid
 Suzano
 Tecnoil
 Total E&P do Brasil
 Unilever
 Vale
 Veirano Advogados
 Vinci Partners

Equipe CEBRI

Diretora-Presidente

Julia Dias Leite

Diretora de Projetos

Luciana Gama Muniz

Diretora de Relações Externas

Carla Duarte

Projetos

Diretora Adjunta de Projetos

Marianna Albuquerque

Coordenadores de Projetos

Hugo Bras Martins da Costa

Léa Reichert

Marina Liuzzi

Analistas de Projetos

Thaís Jesinski Batista

Eduardo Neiva

Estagiária

Larissa Vejarano

Relações Institucionais

Coordenadora de Parcerias

Cintia Hoskinson

Coordenadora de Relações Institucionais

Fernanda Araripe

Coordenador de Projetos Especiais

Caio Vidal

Analista de Projetos Especiais

Lucas Bilheiro

Analista de Relações Institucionais

Bruno Garcia

Estagiário

Heron Fiório

Comunicação e Eventos

Diretora Adjunta de Comunicação e Eventos

Betina Moura

Coordenadora de Eventos

Nana Villa Verde

Analista de Comunicação

Paula Reisdorf

Analistas de Eventos

Nana Maria Barbosa

Priscila Carvalho

Secretária Executiva

Rigmor Andersen

Administrativo e Financeiro

Coordenadora Administrativa-Financeira

Fernanda Sancier

Analista Administrativo

Kelly C. Lima

Realinhamentos Políticos
e Econômicos Globais
Implicações para o Brasil



Centro Brasileiro de Relações Internacionais

Rua Marquês de São Vicente, 336 Gávea
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br

www.cebri.org



Konrad-Adenauer-Stiftung e.V. (KAS)

Klingelhöferstraße 23
10785 Berlin
Germany

Tel.: +49 30 26996-0

Fax: +49 30 26996-3217

zentrale@kas.de

www.kas.de